



Cocriação de valor e o desenvolvimento urbano: conexões e possibilidades para o desenvolvimento regional

Luis Carlos Alves da Silva¹

Julian Israel Lima²

Maicon da Silva³

Recebido em: 07-11-2023

Aceito em: 27-06-2025

Resumo

Este ensaio tem como objetivo destacar a cocriação de valor como uma possibilidade para o desenvolvimento das cidades de forma multidimensional. Argumenta-se que a cocriação representa uma nova perspectiva para se pensar o desenvolvimento urbano, conectado com as demandas regionais, respeitando as particularidades territoriais e experiências individualizadas, contribuindo assim para o enriquecimento do diálogo entre sociedade e entidades públicas/privadas, trazendo a possibilidade de um modelo de integração teórica com o intuito de rever o modelo de concepção de nossas cidades, influenciada historicamente pela acumulação capitalista e processos mercadológicos. Os resultados da discussão proposta nesse ensaio, evidenciam algumas alterações no modelo "convencional" de planejamento, como uma maior inclusão da sociedade no processo de formulação de propostas, proporcionando a gestão urbana integrada, como também um maior cuidado na proteção da identidade sociocultural, e um maior respeito às diversidades locais e regionais, tratando problemas complexos de forma transparente e possibilitando o desenvolvimento regional mais participativo.

Palavras Chaves: Desenvolvimento Urbano; Cocriação de Valor; Desenvolvimento Regional.

Value cocreation and urban development: connections and possibilities for regional development

Abstract

The aim of this essay is to highlight the value co-creation as a possibility for the multidimensional development of cities. It argues that co-creation represents a new perspective for thinking about urban development, connected to regional demands, respecting territorial particularities and individualized experiences, thus contributing to the enrichment of dialogue between society and public/private entities, bringing the possibility of a theoretical integration model with the aim of reviewing the design model of our cities, historically influenced by capitalist accumulation and market processes. The results of the discussion proposed in this essay show some changes in the "conventional" planning model, such as greater inclusion of society in the process of formulating proposals, providing integrated urban management, as well as greater care in protecting socio-cultural identity, and greater respect for local and regional diversity, dealing with complex problems in a transparent way and enabling more participatory regional development.

Keywords: Urban Development; Value Co-creation; Regional Development.

Cocreación de valor y desarrollo urbano: conexiones y posibilidades para el desarrollo regional

Resumen

El objetivo de este ensayo es destacar la cocreación de valor como posibilidad para el desarrollo multidimensional de las ciudades. Sostiene que la cocreación representa una nueva perspectiva para pensar el desarrollo urbano, conectada a las demandas regionales, respetando las particularidades territoriales y las experiencias

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista PROSUC/CAPES. luis1@unisc.br

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista PROSUC/CAPES. julian.israel@gmail.com

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista PROSUC/CAPES. maicondasilva213@gmail.com

individualizadas, contribuyendo así a enriquecer el diálogo entre la sociedad y las entidades públicas/privadas, trayendo la posibilidad de un modelo de integración teórica con el objetivo de revisar el modelo de diseño de nuestras ciudades, históricamente influenciado por la acumulación capitalista y los procesos de mercado. Los resultados de la discusión propuesta en este ensayo muestran algunos cambios en el modelo de planificación "convencional", como una mayor inclusión de la sociedad en el proceso de formulación de propuestas, proporcionando una gestión urbana integrada, así como un mayor cuidado en la protección de la identidad sociocultural y un mayor respeto por la diversidad local y regional, abordando problemas complejos de forma transparente y permitiendo un desarrollo regional más participativo.

Palabras-clave: Desarrollo Urbano; Cocreación de Valor; Desarrollo Regional.

1 Introdução

Atualmente o modelo de desenvolvimento urbano no Brasil tem falhado com a maioria dos habitantes das cidades em lhes conferir uma vida urbana digna (SAULE JUNIOR, 2016). Neste modelo, as políticas setoriais ocorrem de forma desconectada entre si e decorrem de uma visão de desenvolvimento estruturante, o que é ineficiente do ponto de vista dos investimentos públicos, da qualificação do território e da melhoria das condições de vida nas cidades.

Por essa razão, este ensaio entende o desenvolvimento urbano alinhado às possibilidades pós-industriais, como um processo dialético entre arranjos territoriais e regionais, associado ao ambiente social e cultural, possibilitando o surgimento de conexões cocriativas na busca de uma mudança no padrão urbano predominante, a fim de aumentar a equidade urbana, a inclusão social e a participação política dos atores sociais, possibilitando assim o desenvolvimento da cidade.

Nesse contexto, se faz necessário entender qual é o papel das cidades na formação dos territórios, a partir de um viés de que a cidade está cada vez mais conectada com o processo de desenvolvimento regional, associado a complexos elementos e especificidades vinculados a questões territoriais, culturais, políticas, econômicas, sociais e ambientais (SANTOS 1982; LENCIONI 1999; ETGES 2013).

A partir desse entendimento pode-se pensar no processo de desenvolvimento urbano desvinculado das premissas de cidades competitivas para atração de negócios e mercantilização da terra, para um local cocriativo, que analisa as diversidades locais e regionais criando espaços sociais que atendam às necessidades de todos, sem privilégios para determinados grupos, surgindo assim o desenvolvimento socioespacial da e na cidade, de forma integrada.

Essa pauta traz uma visão aparentemente simples, mas que carrega toda a complexidade de se pensar a sociedade como protagonista, trazendo uma visão da região não como mero receptáculo. Em outras palavras, esse processo surge como um contra movimento entre a gestão estratégica amplamente discutida em planejamento a partir dos trabalhos de Porter (1986) para a gestão social, discutida no Brasil por (TENÓRIO, 1998; FONTOURA, 2019; BRANDÃO, 2011).

Destarte, há uma visão que pode ser reforçada por diferentes vertentes de pensamento, entretanto optou-se por destacar os trabalhos da Cepal (2014), mencionando pactos para igualdade como princípio e objetivo último do desenvolvimento de uma região. Para avançar nesta direção, precisamos pensar em uma macroeconomia que priorize o bem-estar social, câmbios na estrutura produtiva, maior inclusão territorial e ampliação da proteção social, como fatores estruturantes para o desenvolvimento rural e urbano, sendo este último o foco deste estudo, que enfatiza a importância da organização do espaço de forma integrada.

Fernandes e Gama (2011) observam que a relação entre o conceito de desenvolvimento integrado das cidades e regiões valoriza a existência de um conjunto de condições as quais facilitam o bom desempenho das cidades e a sua competitividade e, para que exista essa competitividade, é necessário, nas cidades, um ambiente favorável ao investimento, à atuação das empresas, às bases de investigação, ao desenvolvimento, infraestruturas físicas, além de uma gestão urbana integrada.

Assim o processo de desenvolvimento urbano integrado das cidades tem em sua essência a mudança social, uma alteração no capital humano, uma modificação política que tem a possibilidade de alterar os hábitos de uma sociedade, que vai bem além de uma mera multiplicação de riquezas materiais, podendo ser considerado como uma forma equilibrada na busca de novas alternativas para o surgimento de uma cidade dentro de uma visão reflexiva, sem preocupação com generalizações e modelos prontos.

Dessa forma, as cidades passam a ser espaços de encontro, de convivência, de história, cada qual com suas singularidades, fruto da ocupação e produção espacial, o que proporciona diferentes atratividades sob a perspectiva do olhar humano, mas que, antes disso, devem ser locais adequados ao convívio em sociedade, apresentando qualidades sociais, culturais e ambientais que atendam às necessidades da população e estimulem a visitação. Portanto, pensadas para produzir um ambiente de qualidade, onde os serviços públicos disponíveis à população atendam seus anseios e necessidades, garantindo a vida em sociedade mais

harmoniosa, e assim proporcionando crescimento econômico e cuidado ao meio ambiente (FERNANDES; RUIZ; GÂNDARA, 2012).

Uma chave de leitura adotada neste estudo é apresentar a cocriação de valor como uma das possibilidades de relacionamento entre entidades públicas/privadas e sociedade, buscando o desenvolvimento das cidades a partir da criação conjunta de valor singular para cada indivíduo, que também seja sustentável para as entidades, estimulando o surgimento de conexões que convergem para o desenvolvimento regional. Para tanto, o objetivo deste trabalho é destacar a cocriação de valor como uma possibilidade multidimensional para o desenvolvimento de novas cidades.

No intuito de atender a esse objetivo, propõe-se revisar o conceito da cocriação de valor sob o olhar do desenvolvimento regional, partindo da perspectiva de que entender as diversidades locais depende da partilha do conhecimento e que nesse contexto os anseios de entidades públicas/privadas e sociedade se fundem em um processo interativo, coordenado, em que os dois atores estão ativos, onde o aspecto fundamental dessa conexão são inerentemente relacional e o valor é cocriado na colaboração interativa e dependente de cada uma das partes, com o foco no desenvolvimento da cidade.

Entre as múltiplas possibilidades de construção dessa revisão e sua importância para a literatura em questão, apresenta-se a cocriação de valor, que serve como um contra movimento à conjuntura política e econômica do desenvolvimento pautado sob a ótica do unidimensionalismo do capital, que torna o espaço urbano *locus* de intensas transformações e interferências antrópicas (SANTOS, 1994; FREITAS; XIMENES, 2015; VÉRAS, 2000), ou seja, ações humanas afetando negativamente os ciclos e a recuperação dos sistemas naturais.

Com base no propósito enunciado anteriormente, o texto foi organizado, além desta introdução, em mais cinco seções: na seção 2 é realizada uma breve contextualização sobre o desenvolvimento regional; na seção 3, apresenta-se a trajetória recente do desenvolvimento urbano e uma possível conexão deste com a proposta de uma nova cidade. Na sequência, na seção 4, é realizada uma análise do desenvolvimento urbano à luz do conceito da cocriação de valor. Na seção 5, analisa-se a cocriação de valor sob o olhar do desenvolvimento regional, a partir de discussões propostas nas sessões anteriores e, por fim, na seção 6, apresentam-se as considerações finais e possibilidades de novos estudos.

2 Desenvolvimento regional, uma breve contextualização

O desenvolvimento é um tema central da ciência econômica, já presente no pensamento dos economistas clássicos, embora representado pelas ideias de riqueza, produção, crescimento e progresso. Adam Smith, no século XVIII, defendia a especialização (baseada na divisão do trabalho) e o livre comércio (baseado nas vantagens absolutas de cada país) como a fonte de riqueza das nações. David Ricardo, no princípio do século XIX, preocupou-se com a distribuição da riqueza nacional entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra, tendo também construído o conceito de vantagens comparativas, pelo qual a competitividade de cada país estaria ligada à sua especialização em fabricar produtos em que são relativamente mais eficientes (BELLINGIERI, 2017).

Marshall (182), no final do século XIX, foi o primeiro a identificar as vantagens advindas da aglomeração territorial de empresas do mesmo ramo, gerando economias externas, o que lançou as bases para as teorias contemporâneas dos distritos industriais e dos *clusters*. Schumpeter (1882), no começo do século XX, também descreveu o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico, a inovação, capitaneada pelo empresário empreendedor (BELLINGIERI, 2017).

Até meados do século XX predominava o modelo de crescimento econômico clássico, caracterizado pela acumulação de capital (BELLINGIERI, 2017). Neste modelo, a explicação para o desenvolvimento regional/local confundia-se com a do desenvolvimento nacional. Os problemas regionais seriam tão somente manifestações espaciais de um desajustamento dos fatores de produção. Assim, a garantia de livre movimentação dos fatores produtivos entre as regiões asseguraria o desenvolvimento (BASTOS, 2005). Ainda segundo Bastos (2005), foi a partir dos anos 1950 que surgiu uma preocupação específica com os problemas regionais, cuja análise se desenvolveu sob dois eixos: o das Teorias Clássicas da Localização e o das Teorias do Desenvolvimento Regional (BELLINGIERI, 2017).

A partir do final da década de 1990 e mais intensamente nos anos 2000, a emergência do paradigma do desenvolvimento endógeno (relacionado à valorização do local e dos atores locais, à ideia de protagonismo das cidades e ao desenvolvimento de baixo para cima, em contraposição ao de cima para baixo) reconduziu o desenvolvimento regional como tema relevante, bem como a difusão de políticas e estratégias governamentais voltadas à promoção do desenvolvimento, nas escalas regional e municipal (BELLINGIERI, 2017).

Para Theis (2019), o desenvolvimento regional pressupõe o desenvolvimento de uma região. Ao desenrolar o tema, depara-se com as temáticas de desigualdades e disparidades regionais. Santos (1994) tece que as disparidades regionais existem e continuarão a existir pois resultam de processos históricos, econômicos, culturais, sociais ambientais.

As desigualdades, para Silveira (2013), surgem a partir das relações que as pessoas, grupos e classes sociais contraem no dia a dia da sociedade produtora. Já para Harvey (1993), Smith (1998) e Soja (1993), as desigualdades são uma dimensão do desenvolvimento, porque fazem parte da essência do modelo de produção e suas marcas podem ser reconhecidas no território através das diferenças que se estabelecem na estrutura econômica e social dos diferentes lugares.

Nesse contexto, não se pode eliminar as diversidades regionais, mas sim, é preciso entender e buscar as suas potencialidades. Essa discussão faz ainda mais sentido em um país de extensão continental como o Brasil, com mais de duzentos milhões de habitantes. Não há espaço para negligenciar as particularidades. Fazendo um exercício de reflexão, entende-se, por exemplo, que as particularidades e potencialidades do Rio Grande do Sul, são bastantes diferentes das particularidades e potencialidades do Rio Grande do Norte, mesmo assim, tanto no Sul quanto no Norte, há espaço para essas regiões se desenvolverem.

Segundo Theis (2019), “Desenvolvimento regional é algo bom com que se procura combater algo ruim, desigualdade”. Segundo ele, as desigualdades, sejam elas sociais, econômicas ou políticas, surgem da própria economia capitalista, em que o desenvolvimento das forças produtivas sobre dado território produz desigualdades, sobretudo porque cada região possui seus meios de produção quantitativa e qualitativamente diferentes.

Para Oliveira (2021), o desenvolvimento regional compreende uma análise de fatores sociais e econômicos no interior de uma região, fatores esses que compõem a mobilidade espacial e do capital, do trabalho e das inovações. Esses fatores podem tanto acelerar, como reduzir as desigualdades regionais, pois segundo Boisier (1996 e 2000), o Desenvolvimento Regional consiste em um processo de troca estrutural localizado que se associa a um permanente processo de progresso na própria região, na comunidade ou na sociedade onde habita seus cidadãos”. O mesmo autor retrata sobre a complexidade para o entendimento do termo desenvolvimento regional, que segundo ele deve ser combinado em três dimensões: espacial, social e individual. O sucesso de uma região advém da transformação sistemática dessa tríade.

Em síntese, o desenvolvimento regional é considerado como uma forma de interação direta da comunidade na formulação de políticas públicas regionais com o intuito de discutir as questões que tornem a região ativa no seu processo de desenvolvimento, podendo ser considerada como uma importante ferramenta de fomento para o desenvolvimento urbano das cidades. Caracterizada a noção de desenvolvimento regional e suas contextualizações de forma breve, o terceiro momento deste estudo aborda o desenvolvimento urbano e a nova cidade.

3 Desenvolvimento urbano e a nova cidade

Historicamente o desenvolvimento urbano teve forte influência do desenvolvimento de grandes centros, a exemplo das cidades brasileiras que muitas vezes foram influenciadas por grandes centros norte-americanos, sem uma reflexão em relação à sustentabilidade e questões sociais trazidas junto com o crescimento das cidades.

Entretanto, o processo de urbanização é uma realidade constatada mundialmente, que vem acontecendo de forma intensa, modificando rapidamente a dinâmica das cidades. No Brasil, esse fato iniciou-se em meados do século XX sob a influência de diversos fatores como a migração dos espaços rurais para o meio urbano e a explosão da industrialização nas grandes cidades (ABIKO E MORAES, 2009).

Ao mesmo tempo em que os centros urbanos ganham indiscutível protagonismo econômico e político, afirmando-se como espaços territoriais mais propícios à criação de riqueza e de emprego e como os meios mais criativos (ABIKO E MORAES, 2009), o processo de desenvolvimento urbano é deixado de lado, e a partir do momento que as cidades crescem de forma desordenada elas acabam por não oferecer alternativas adequadas para atender as diversidades locais e regionais.

Leite (2012), enfatiza que a busca pelo desenvolvimento urbano impõe o desafio de reinvenção da cidade, de refazê-la de forma inteligente e inclusiva, proporcionando assim aos planejadores urbanos e aos urbanistas uma esperança de recuperação frente ao crescimento e à urbanização desordenada que as cidades enfrentam, necessitando que suas estruturas sejam remodeladas, a fim de atender as necessidades de seus habitantes.

A partir dessa análise, podemos aferir que o desenvolvimento urbano deve buscar conciliar o crescimento econômico das cidades com a resolução dos problemas dos indivíduos, garantindo assim a sustentabilidade urbana, sem desconsiderar as dinâmicas do território e a construção social do espaço, respeitando as diversidades locais.

Nesse contexto, surge a possibilidade de se pensar o desenvolvimento urbano através de pressupostos cocriados da participação coletiva de todos os indivíduos que habitam uma cidade, legitimando o processo que deixa de retroalimentar a permanência da racionalidade econômica, para o surgimento de um novo modelo de cidade que privilegia atividades sociais, políticas, culturais e econômicas, de forma equilibrada.

Dessa forma, se faz necessário entender as dinâmicas das cidades, dos seus assentamentos, das relações humanas entre si e com os ecossistemas e principalmente como cada um desses fatores é considerado dentro do processo que busca a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos, sendo esta uma das possibilidades para que seja possível atingir o desenvolvimento urbano (SOUZA, 2016).

Assim, precisamos nos desvincular dos processos de urbanização que podem ser considerados como manifestação ou desdobramento espacial de uma matriz de desenvolvimento desigual e concentrada, que não se apresenta de maneira homogênea no território. E sim, para um modelo de desenvolvimento equilibrado, ou pelo menos uma distribuição menos seletiva e induzida pelo capital (BRANDÃO, 2007).

Apesar desse horizonte de novos paradigmas para o desenvolvimento urbano parecer longínquo, deve-se, contudo, buscar a desmercantilização do espaço urbano-regional, na intenção de superar o neoliberalismo. Esse é o caminho para a substituição do mercado selvagem e da forte competição, onde regiões e cidades lutam entre si, para um modelo de desenvolvimento mais integrado e democrático. Ao se explorar alguns fundamentos teóricos do desenvolvimento urbano, surgem novas possibilidades para reavaliar desenvolvimento regional, com constructos de visões como a cocriação de valor. Nesse sentido, tendo explicitado o que é o desenvolvimento urbano alinhado a uma possibilidade de reordenamento dos espaços urbanos, a partir da nova cidade, resta-nos apresentar na próxima seção, a trajetória do desenvolvimento urbano a luz do conceito da cocriação de valor.

4 Revisão do desenvolvimento urbano à luz do conceito da cocriação de valor

Ao analisar a trajetória histórica do desenvolvimento urbano, é possível observar a evolução da participação da população na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos para o desenvolvimento das cidades, a partir da colaboração proveniente de suas experiências com uso de serviços públicos.

A partir do momento que o processo de desenvolvimento urbano surge de um devir coletivo que se conecta a valores socialmente construídos e compartilhados, a sociedade como um todo passa a questionar o controle que o capital e seus processos de economia global vêm exercendo sobre o desenvolvimento urbano, em suas mais variadas escalas: local, regional, nacional e global. Ainda que algumas repercussões possam ocorrer de forma implícita no espaço, o desenvolvimento do capitalismo e seus processos têm acentuado desigualdades socioespaciais e disputas regionais, além de alterar a maneira como o ser humano vivencia o urbano (DIAS; MENDONÇA, 2019).

Desta forma, o desenvolvimento das cidades são fenômenos sociais que molda a vida cotidiana de todos. Devido à sua complexidade, a cidade pode ser entendida como um ecossistema vivo. Nesse contexto, as tendências de dimensões do desenvolvimento urbano (cidades) apontam para modelos de cocriação, cidades inteligentes e sustentáveis em que elas se tornam plataformas de experimentação (BECK, 2020; SILVA; VARGAS, 2010; BAPTISTA, 2019).

Nas cidades inteligentes e sustentáveis, o engajamento, a colaboração e a cocriação dos cidadãos são cruciais para a gestão da inovação no contexto urbano, bem como em seu ecossistema socioeconômico e inovador. A literatura tem enfatizado o papel do cidadão como cocriador de aplicativos inteligentes nos quais desenvolvem novas formas de colaboração entre os atores do ecossistema de inovação que é composto pelas hélices quintuplas, ou seja, academia, indústria, governo, sociedade civil e meio ambiente (CARAYANNIS; CAMPBELL, 2009; CARAYANNIS; GRIGORODIS; CAMPBELL; MEISSNER; STAMATI, 2018; KOMNINOS, PALLOT; SCHAFFERS, 2013) que está mudando cidades com base em uma economia baseada no conhecimento (LEYDESDORFF, 2012), e ainda mais, este ambiente inovador componentes tecnológicos, institucionais e humanos que são a pedra angular das cidades inteligentes e sustentáveis (NAM; PARDO, 2011).

Nesse sentido, a partir da criação de um ambiente cocriativo, as interações existentes entre população e entidades públicas/privadas passam a ser consideradas como uma possibilidade para melhorar o processo do desenvolvimento urbano, uma vez que se cria oportunidades únicas de conexão entre os interesses das instituições com as necessidades humanas, de forma equilibrada. Desta forma, surge um enfoque amplo e contextualizado na estrutura de relações dos atores do processo, e que através de suas externalidades sustentáveis reflete no papel de atuação das entidades na sociedade.

Infere-se neste contexto que a prática da cocriação de valor sacia os anseios da população de ter uma maior participação na formulação do planejamento da cidade. Por outro lado, possibilita que o processo de desenvolvimento urbano ocorra de forma mais assertiva e alinhada às territorialidades e culturas sociais em que estão envolvidas.

Sob a égide da cocriação de valor, surge a possibilidade de se pensar o desenvolvimento urbano conectado com as demandas regionais, respeitando as particularidades territoriais e experiências individualizadas, que contribua para o enriquecimento do diálogo; e proponha um modelo de integração teórica que possibilite rever o modelo de concepção de nossas cidades. Para tanto, analisa-se algumas questões referentes a territorialidade e suas particularidades para, assim, entender de que forma se pode pensar estratégias de cocriação de valor sob o olhar do desenvolvimento regional.

Por fim, esse novo olhar preconiza o processo de cocriação como ferramenta de participação de todos os agentes da sociedade para se pensar em formações de produção e espaços voltadas para o bem comum. Essa seria uma forma de desenvolvimento que coloca os interesses da sociedade em primeiro lugar, e não somente os interesses de segmentos isolados do setor produtivo, como foram amplamente difundidos com o advento da sociedade industrial (CEPAL, 2014).

Após esta breve descrição do percurso sobre o desenvolvimento urbano à luz da cocriação de valor e apontando semelhanças e conexões entre os termos desenvolvimento urbano e cocriação de valor, apresenta-se na seção seguinte a cocriação de valor sob o olhar do desenvolvimento regional.

5 A cocriação de valor sob o olhar do desenvolvimento regional

A partir de uma análise inicial, que traz uma breve contextualização acerca do desenvolvimento regional, que tem como uma de suas premissas combater as desigualdades de uma região Theis (2019), que surgem a partir do modelo econômico capitalista, que frequentemente estimula uma hierarquização do espaço, o que motiva desigualdades socioespaciais e econômicas, ocasionando o “desenvolvimento geográfico desigual” Dias e Mendonça (2019), além de alterar a maneira como o ser humano vivencia o urbano, passam a ser um desafio para o desenvolvimento.

Entretanto, no mundo de possibilidades pós-industriais, essas premissas já não fazem mais sentido, pois outros constructos, a partir da visão da cocriação de valor, passam a ser

possibilidades que incentivam a participação mais direta da sociedade na formulação, no detalhamento e na implementação das políticas públicas, relacionadas a promoção do desenvolvimento da região.

Nesta senda, evidencia-se a importância da cocriação de valor para a proposição de um pensamento coletivo que privilegie o desenvolvimento das regiões, como um contra movimento às iniciativas baseadas na massificação e na acumulação rígida de capital. Nesse contexto, o desenvolvimento regional relaciona-se a um processo histórico/social de mudanças e de tensões entre o global e o regional na dimensão territorial, não vista como um mero receptáculo Brandão (2007); Santos, (1978); Lencioni, (1999), mas sim, como um importante instrumento de combate às desigualdades sociais da região.

A partir das discussões propostas nas sessões anteriores, retoma-se agora o objetivo inicial deste ensaio, que consiste em destacar a cocriação de valor como uma possibilidade para o desenvolvimento das cidades de forma multidimensional. Nesse contexto, surge a ideia do valor compartilhado, em que os objetivos de entidades públicas e privadas e a saúde das comunidades que compõe um determinado território são mutuamente dependentes, as quais precisam se relacionar em constante sinergia, respeitando as diversidades de cada região.

Esse conceito permite pensar na possibilidade de, a longo prazo, tornar as diversas regiões mais equilibradas e, quem sabe, menos desiguais. Assim, a cocriação de valor sob o olhar do desenvolvimento regional leva em conta os aspectos mencionados, fazendo com que a relação entre os agentes envolvidos no processo, ou seja, região, entidades e sociedade, ocorra de forma simbiótica e com ganhos em comum. O desenvolvimento, neste caso, não aconteceria de forma verticalizada, mas a partir dos múltiplos propulsores afetados, transpondo as barreiras econômicas e levando em consideração as diversidades regionais.

Desse modo, a partir da criação de um ambiente cocriativo, as interações existentes entre os agentes que compõe um determinado território, passam a ser oportunidades únicas de conexão para entender as necessidades humanas e consequentemente impulsionar o desenvolvimento regional. Dessa forma, surge um enfoque amplo e contextualizado na estrutura de relações dos atores do processo Prahalad e Ramaswamy (2004), o qual sacia os anseios da sociedade de participar de forma ativa Vargo e Lusch (2004) da formulação de propostas que priorizem a reestruturação de espaços públicos, de projetos de infraestrutura e de mobilidade, possibilitando que o processo de desenvolvimento regional ocorra de forma mais assertiva e alinhada às territorialidades e culturas sociais de cada região.

Com base na cocriação de valor, sob o olhar do desenvolvimento regional, surge a possibilidade de se repensar o desenvolvimento urbano de nossas cidades através de experiências compartilhadas, que se intensificam por um sistema de trocas entre sociedade e entidades públicas/privadas, os quais proporcionam uma integração de recursos e provisão de serviços recíprocos. A partir desse enfoque, cria-se uma estrutura de relações dos atores do processo que, através de suas externalidades sustentáveis, refletem no desenvolvimento de nossas cidades, ou seja, uma agenda multidimensional de vários representantes da sociedade com foco na multidimensionalidade, no bem comum, similar ao já proposto na agenda da Cepal, pactos para igualdade (2014).

Em síntese, essa dinâmica de se repensar as cidades no século XXI, precisa de adaptações em todos os setores da sociedade, a partir de processos baseados em inovação, buscando envolvimento dos stakeholders com os processos que ocorre de forma dinâmica e diária. Esses processos, transforma os atores/agentes em integrantes mais próximos de sua comunidade local e regional, em que os mesmos não se encaixam mais em uma relação passiva de absorção. Neste cenário, a própria cocriação de valor alinhada a contextos de desenvolvimento regional, se torna um importante ativo no que diz respeito ao desenvolvimento das cidades de forma planejada e estruturada com a participação de todos (RAMASWAMY, 2011). Assim sendo caracterizada a cocriação de valor sob o olhar do desenvolvimento regional e suas perspectivas para o desenvolvimento urbano das cidades, tem-se na seção seguinte as considerações finais e possibilidades de novos estudos.

6 Considerações finais

O presente ensaio teve por objetivo destacar a cocriação de valor como uma possibilidade para o desenvolvimento das cidades de forma multidimensional. Observou-se que o desenvolvimento urbano no Brasil tem sido pautado pela lógica do capital e seus processos, acontecendo de forma desigual (THEIS, 2019). Nesse cenário, são diversas as repercussões da globalização e do capitalismo no desenvolvimento do espaço urbano-regional, revelando abismos socioeconômicos entre as regiões (DIAS; MENDONÇA, 2019). A partir de visões como a da cocriação de valor, surge a possibilidade de se pensar o desenvolvimento urbano de nossas regiões, desconstruindo interesses e resistências que se colocam em oposição ao processo de troca de experiências que deve ocorrer entre todos os indivíduos que compõe um determinado território, estabelecendo novas possibilidades para impulsionar desenvolvimento regional.

Ademais, ao explorar os fundamentos teóricos da cocriação de valor sob olhar do desenvolvimento regional, cria-se um espaço para se rediscutir o desenvolvimento urbano a partir de “determinados padrões de diferenciação e igualização que sejam dirigidos não pela lógica do capital, mas por uma genuína escolha social” (SMITH, 1988, p. 226). Portanto, é necessária a implementação de um novo paradigma, que possa desmercantilizar a produção do espaço urbano-regional. Com isso, novos valores podem ser engendrados na sociedade, valorizando as diversidades locais e regionais (DIAS; MENDONÇA, 2019).

A partir dessa perspectiva, entender as diversidades locais e regionais depende da partilha do conhecimento entre sociedade e entidades públicas/privadas envolvidas no processo de planejamento e execução das atividades de melhorias de infraestrutura, criação de novos espaços públicos e projetos de mobilidades dos espaços urbanos. Assim, as decisões estratégicas que envolvem o processo de criação tornam-se mais eficazes, produzindo uma realidade capaz de atender, efetivamente, as demandas regionais (GROVER; KOHLI, 2012). Nesse contexto, a cocriação de valor passa a ser uma possibilidade para impulsionar o desenvolvimento urbano.

Os resultados da discussão proposta neste ensaio, trazem aspectos relevantes para a pesquisa do desenvolvimento urbano. Os principais conceitos e teorias analisadas, evidenciam algumas alterações no modelo “convencional” de planejamento, como a inclusão da sociedade no processo de formulação de propostas proporcionando a gestão urbana integrada Fernandes e Gama (2011), um maior cuidado na proteção da identidade sociocultural Leite (2012), maior respeito as diversidades locais e regionais Bellingieri (2017), tratando problemas complexos de forma integrada, possibilitando a criação de um ambiente social favorável para o surgimento de uma “nova cidade”

Assim, a partir da cocriação de valor, acredita-se que seja possível pensar na possibilidade da proposição de um processo de desenvolvimento urbano, que seja capaz de incluir elementos operacionais, funcionais, arquitetônicos e de infraestrutura à qualidade de vida nas cidades. Esse novo modelo alinha-se a uma visão mais interativa, interdisciplinar, multidimensional e multiescalar com aprofundamento através da contextualização histórica na senda por um processo de desenvolvimento urbano mais igual e territorializado.

Por outro lado, enfatiza-se que a discussão teórica deste ensaio apresenta pertinência para a área de pesquisa, considerando-se que as conceituações se baseiam em estudos recentes sobre termos que são de grande relevância aos espaços urbanos da atualidade.

Desta forma, evidencia-se em uma visão crítica que o desenvolvimento urbano ainda pautado em um contexto histórico de uma sociedade capitalista e industrial (unidimensional) que para o cenário histórico atual urge novas perspectivas e possibilidades a partir de uma agenda de pesquisa multidimensional pautada na sociedade, no bem-estar das pessoas, e nas relações econômicas e sociais de forma sincrônica.

Nessa linha, fica evidente, com a discussão sobre as bases teóricas as quais foram construídos o processo de desenvolvimento urbano no Brasil, que este assunto é interdisciplinar e não pode ser visto com modelos prontos, nem sequer com uma visão apenas escalar para se entender as regiões, suas particularidades e especificidades, bem como planejar contra movimentos em relação as tensões do crescimento globalizado, mas sim ser um agente propulsor do desenvolvimento regional.

Por fim, autores de economia industrial já defendem também que as organizações devem ir além da sustentabilidade econômica e de participação de mercado para visão de sustentabilidade e externalidade das organizações na sociedade (KUNPFER; FERRAZ; GANGUENAUER, 1997). Assim, novos estudos devem ser conduzidos a fim de aprofundar a temática da cocriação de valor alinhada ao desenvolvimento urbano e suas perspectivas para uma nova cidade, baseado nas cidades inteligentes e resilientes.

Referências

ABIKO, Alex; MORAES, O.B. de. Desenvolvimento urbano sustentável. **São Paulo**, 2009.

BAPTISTA, Diego Henrique da Silva. **Laboratórios urbanos: cocriação de uma governança urbana para cidades 2019 inteligentes e sustentáveis no Vale do Pinhão**, em Curitiba / Diego Henrique da Silva Baptista; orientador, Mario Procopiuck. -- 2019 127 p.

BASTOS, Suzana Quinet de Andrade. Disritmia Espaço-Tempo: análise das estratégias de desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70. **1º SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA ZONA DA MATA MINEIRA, Juiz de Fora: Centro de Ensino Superior (CES)**, 2005.

BECK, D. F. **Um novo paradigma de inteligência urbana: o papel do desenvolvimento, da governança e do marketing urbano em cidades inteligentes e sustentáveis**. XXII ENGEMA. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2020.

BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 37, 2017.

BOISIER, Sergio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, n. 2, p. 39-39, 2000.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas**, n. 13, 1996.

BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local eo global**. Editora da UNICAMP, 2007.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Visões teóricas sobre desenvolvimento regional e a questão das escalas (mundial, nacional, subnacional e local) nas políticas regionais contemporâneas. **Curso Territorialidade e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, v. 2, 2011.

CARAYANNIS, E. G.; CAMPBELL, D. F. 'Mode 3' and 'Quadruple Helix': Toward a 21st century fractal innovation ecosystem. **International journal of technology management**,46(3-4), 201-234, 2009. <https://doi.org/10.1504/IJTM.2009.023374>

CARAYANNIS, E. G., GRIGOROUDIS, E., CAMPBELL, D. F., MEISSNER, D., & STAMATI, D. The ecosystem as helix: an exploratory theory-building study of regional co-opetitive entrepreneurial ecosystems as Quadruple/Quintuple Helix Innovation Models. **R&D Management**, 48(1), 148-162, 2018. <https://doi.org/10.1111/radm.12300>

CEPAL, N. U. **Pactos para a igualdade**: rumo a um futuro sustentável. Síntese. 2014.

DIAS, Maiara Dos Santos; MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Desenvolvimento urbano-regional e Assimetrias Socioeconômicas: O caso empírico do “desenvolvimento geográfico desigual” da Bahia. **Anais do XVII ENAMPUR, Natal**, 2019.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, v. 10, n. 3, p. 47-55, 2005.

FONTOURA, Fernando Batista Bandeira da. **Desenvolvimento organizacional multidimensional: uma perspectiva crítica para o estudo de organizações familiares**. 2019. 183 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019.

FERNANDES, Ricardo; GAMA, Rui. TERRITÓRIOS INTELIGENTES E CRIATIVOS EM PORTUGAL: ABORDAGEM ÀS PRINCIPAIS DIMENSÕES. In: **Atas do 8º Congresso da Geografia Portuguesa**. 2011.

FERNANDES, Diogo Luders; DOMARESKI-RUIZ, T. C.; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. O impacto do planejamento urbano na imagem da Cidade. Seminário de Pesquisa em Turismo no Mercosul. **Anais... VII, Caxias do Sul**, 2012.

FREITAS, Carlos Machado de; XIMENES, Elisa Francioli. Cidades e desastres naturais – da Vulnerabilidade à resiliência. In: FURTADO, Fátima; PRIORI, Luiz; ALCÂNTARA, Ednéa (Org.). **Mudanças climáticas e resiliência de cidades**. Recife: Pickimagem, 2015. p. 235-253.

GRÖNROOS, Christian; RAVALD, Annika. Serviço como lógica de negócios: implicações para criação de valor e marketing. **Revista de gerenciamento de serviços**, 2011.

GRÖNROOS, Christian; VOIMA, Päivi. Lógica de serviço crítica: dando sentido à criação e cocriação de valor. **Revista da Academia de Ciências do Marketing**, v. 41, n. 2, pág. 133-150, 2013.

GROVER, Varun; KOHLI, Rajiv. Cocriando valor de TI: Novos recursos e métricas para ambientes multifirma. **Mis Quarterly** , p. 225-232, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1992.

- KOMNINOS, N.; PALLOT, M.; SCHAFFERS, H. (2013). Special issue on smart cities and the future internet in Europe. **Journal of the knowledge Economy**, 4(2), 119-134, 2013. <https://doi.org/10.1007/s13132-012-0083-x>
- LEITE, Carlos. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- LENCIONE, Sandra. **Região e Geografia**. A fenomenologia e o materialismo histórico nos estudos regionais. São Paulo: Edusp, 1999.
- LEYDESDORFF, L. The triple helix, quadruple helix and an N-tuple of helices: explanatory models for analyzing the knowledge-based economy? **Journal of the Knowledge Economy**, 3(1), 25-35, 2012. <https://doi.org/10.1007/s13132-011-0049-4>
- MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- NAM, Taewoo; PARDO, Theresa A. Smart city as urban innovation: Focusing on management, policy, and context. In: **Proceedings of the 5th international conference on theory and practice of electronic governance**. 2011. p. 185-194.
- NETO, Aristides Monteiro; DE CASTRO, César Nunes; BRANDÃO, Carlos Antonio. **DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL**, 2017.
- OLIVEIRA, Nilton Marques. REVISITANDO ALGUMAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL Revising classical regional development theories. **Informe GEPEC**, v. 25, n. 1, p. 203-219, 2021.
- PAULIN, Michele; FERGUSON, Ronald J. Normas relacionais em trocas interfirmas: Da economia dos custos transacionais à lógica do serviço dominante. **Journal of Business-to-Business Marketing**, v. 17, n. 4, pág. 365-405, 2010.
- PORTER, Michael. **Estratégia competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1986
- PRAHALAD, Coimbatore K.; RAMASWAMY, Venkat. Experiências de cocriação: A próxima prática na criação de valor. **Jornal de marketing interativo**, v. 18, n. 3, p. 5-14, 2004.
- RAMASWAMY, Venkat. It's about human experiences... and beyond, to co-creation. **Industrial marketing management**, v. 40, n. 2, p. 195-196, 2011.
- SAULE JUNIOR, Nelson. O direito à cidade como centro da nova agenda urbana. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 15, p. 73-76, 2016.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: formação espacial como teoria e como método. **São Paulo: Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1978.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 2a edição. **São Paulo: Editora Hucitec**, 1994.
- SILVA, C. F. R.; VARGAS, Maria A. M. Sustentabilidade urbana: raízes, conceitos e representações. **Scientia Plena**, v.6, n.3, 2010.
- SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da et al. **Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processos, políticas e planejamento**. 2013.
- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Cássia Silva. **Sustentabilidade Urbana: conceitualização e aplicabilidade**. 2016. 66 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Tecnologias Para O Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal de São João Del-rei, Ouro Branco, 2016.

SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital ea produção de espaço. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, 1988.

TENÓRIO, Guilherme Fernando. **Gestão social: uma perspectiva conceitual**. Rio de Janeiro, RAP, setembro/outubro, 1998

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Celso Furtado**, p. 43, 2020.

VARGO, Stephen L.; LUSCH, Robert F. Evoluindo para uma nova lógica dominante de marketing. In: **A lógica do marketing dominante em serviços**. Routledge, 2014. p. 21-46.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade**. Studio Nobel, 2000.